

VIOLÊNCIA SEXUAL:

**COMO BUSCAR AJUDA E
DIREITOS DAS MULHERES
E MENINAS**



EXPEDIENTE

Essa cartilha foi produzida em parceria pelo Ministério das Mulheres e Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA

MINISTÉRIO DAS MULHERES

Revisão de Conteúdo e abordagem

Anita Cunha Monteiro - Coordenadora-Geral da Central de Prevenção de Violência contra Mulheres

Jordânia Maria de Ribamar Silva Fróes - Analista Técnica de Políticas Sociais

Projeto Gráfico e Diagramação

Giulia Blainner Souza Silva

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNFPA

Redação, Revisão de Conteúdo e Abordagem

Patrícia Ludmila Melo

Jaqueline Pereira Oliveira

Italo Andre Beltrami Silva

Silvana Reis de Souza

Harlen Gabriela Barrios Lamar

Supervisão Editorial

Luiza Olmedo

Tradução

Harlen Gabriela Barrios Lamar

Fevereiro

2026

APRESENTAÇÃO

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Ministério das Mulheres apresentam conjuntamente duas novas publicações: a reedição da cartilha sobre a **Lei Maria da Penha**, atualizada para fortalecer o acesso à informação e ampliar a compreensão dos direitos das mulheres no enfrentamento à violência; e a cartilha sobre enfrentamento da **violência sexual** contra mulheres e meninas — uma das mais graves violações de direitos humanos.

As publicações refletem o compromisso de ambas as instituições em garantir conteúdos claros, atuais e alinhados às políticas públicas de proteção.

A cartilha sobre a Lei Maria da Penha, reconhecida internacionalmente, segue como marco fundamental na defesa da vida, da dignidade e dos direitos das mulheres no Brasil. O volume reúne conteúdos atualizados sobre os mecanismos da lei, os serviços da rede de atendimento e orientações práticas para mulheres, profissionais e gestoras(es) envolvidos na prevenção e no enfrentamento da violência.

A reedição reafirma o papel estratégico da Lei Maria da Penha na promoção da igualdade de gênero e na prevenção e resposta à violência baseada em gênero, apoiando o fortalecimento das políticas públicas e o acesso à informação de qualidade.

Já a publicação sobre violência sexual reforça a urgência de prevenir, identificar e responder a todas as formas de violência sexual, promovendo informação acessível, orientações práticas e apoio à rede de proteção.

Estas publicações reforçam o compromisso conjunto do Ministério das Mulheres e do UNFPA com a promoção de uma sociedade

mais justa, segura e livre de violência contra todas as mulheres.



O QUE É VIOLÊNCIA SEXUAL?

A violência sexual é uma das formas mais cruéis e persistentes da violência baseada no gênero. É uma grave violação de Direitos Humanos e uma questão de saúde pública, que atinge, em especial, meninas, mulheres e pessoas trans no país. Esse tipo de violência reflete uma cultura patriarcal e misógina que precisa ser enfrentada de forma articulada entre as instituições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de maneira interfederativa e em parceria com a sociedade civil e organizações sociais – todos juntos pelo fim da violência.

Conforme a Lei Maria da Penha (Art. 7º - III), a **violência sexual**, é entendida como qualquer conduta ou ato que constranja a mulher a:

- + Presenciar, manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força;
- + Que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade;
- + Que a impeça de usar qualquer método contraceptivo;
- + Que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação;

- + Que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Os agressores mais frequentes são maridos, namorados, parentes, amigos, professores e/ou desconhecidos. As consequências são graves, tanto físicas, psicológicas quanto sociais, podendo inclusive levar à morte em algumas situações.

A legislação brasileira tem avançado e diversas formas de violência são previstas como crime, veja:

Estupro (Código Penal, Art. 213): Constranger alguém, com violência ou grave ameaça, a ter relações sexuais, a praticar ou obrigar a mulher a praticar qualquer outro ato de cunho sexual para satisfazer o desejo sexual dele, por exemplo: toques, carícias, exibição de partes íntimas etc.;

Estupro de vulnerável (Código Penal, Art. 217): ter relação sexual com penetração ou praticar outro ato sexual com crianças ou adolescentes com menos de 14 (catorze) anos, ou com quem não consiga oferecer resistência por algum motivo, como enfermidade, deficiência, embriaguez etc.;

Estupro coletivo (Código Penal, Art. 226, a): forma de crime sexual em que duas ou mais pessoas participam ativamente da violência sexual contra a outra pessoa;

Estupro corretivo (Código Penal, Art. 226, b): conduta criminosa praticada contra a dignidade sexual, para controlar o comportamento social ou sexual da vítima, na perspectiva de "corrigir" a identidade ou orientação sexual da pessoa;

Violação sexual mediante fraude (Código Penal, Art. 214): Ter relação sexual com penetração ou praticar outro ato sexual com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima. Aqui não há violência ou grave ameaça, mas a vítima é enganada, como por exemplo profissional da saúde que abusa da pessoa dizendo que faz parte do procedimento de saúde ou liderança religiosa que promete algo espiritual caso o/a fiel pratique com ela algum ato sexual;

Importunação sexual (Lei nº 13718/2018): Qualquer prática de cunho sexual realizada sem o consentimento da vítima, para obter satisfação sexual, como, por exemplo, cantadas invasivas, beijos forçados, toques sem permissão, encostar órgãos genitais, masturbação em público, etc; Não requer uma relação hierárquica entre os envolvidos e geralmente o agressor é um desconhecido da pessoa que passa pela situação de violência;

Ato obsceno (Código Penal, Art. 233): Praticar ato de cunho sexual que ofenda a moralidade pública e o pudor coletivo, realizado em lugar público, ou aberto ou exposto ao público, sem necessariamente ter direcionamento a uma pessoa específica;

Assédio sexual (Código Penal, Art. 216-A): Constranger alguém com o objetivo de obter vantagem ou favorecimento sexual. No caso, o agressor pertence a uma hierarquia superior à da vítima, mas também pode ocorrer entre colegas de trabalho, sem que haja uma relação hierárquica entre os envolvidos.

Registro não autorizado da intimidade sexual (Lei 13.772/2018): Produzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo com cenas íntimas sem autorização dos participantes, bem como compartilhamento ("Pornografia de vingança") de

fotos e vídeos íntimos pela internet sem autorização de todos os envolvidos ou com o propósito de causar humilhação da vítima; carícias, exibição de partes íntimas.);

Invasão de dispositivo eletrônico (Código Penal, Art. 154-A):

Invadir ou acessar, sem autorização, dispositivo eletrônico alheio (como celular, computador, e-mail ou rede social), para obter, adulterar ou destruir dados e informações pessoais, incluindo imagens íntimas;

Exploração sexual: Obter vantagem ou lucro com o trabalho de prostituição de outra pessoa, das seguintes formas: induzir ou atrair alguém à prostituição (Favorecimento da prostituição, Art. 228); Manter, por conta própria ou de terceiros, estabelecimento em que ocorra exploração sexual (Casa de prostituição, Art.229), e Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros (Rufianismo, art. 230).

Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual (Código Penal, Art. 149-A):

Frequentemente, uma pessoa oferece à vítima uma oportunidade de trabalho em outro país ou região, mas, ao chegar ao destino, a obriga a se prostituir e a pagar por comida, alimentação, passagens. Muitas mulheres se tornam prisioneiras e têm dificuldade em buscar ajuda, por terem seus documentos pessoais subtraídos por seus violadores.

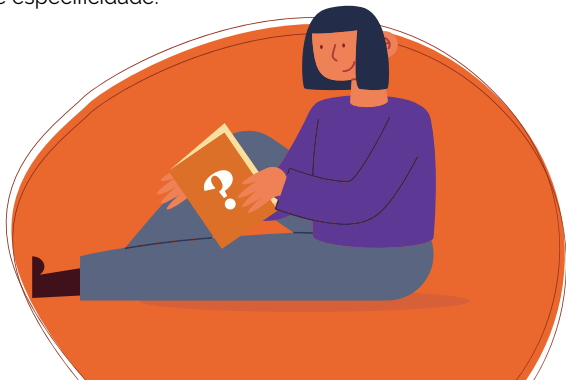
VIOLÊNCIA SEXUAL NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS:

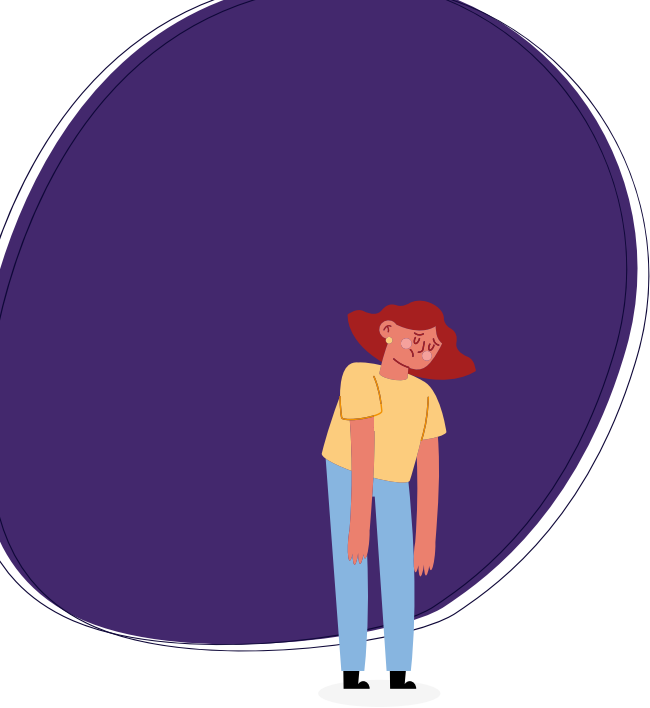
A violência sexual também pode acontecer no casamento, namoro, e até num encontro casual. Para isso, a Lei Maria da Penha também protege as mulheres!



QUAIS SÃO SEUS DIREITOS?

Todas as pessoas têm direito a uma vida livre de violência. As meninas, mulheres cis ou Trans têm direito a serem atendidas pelos serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência, incluindo hospitais, delegacias, defensorias e Centros de Referência de Atendimento à Mulher e outros serviços, de forma digna, segura, respeitosa, empática, sigilosa, não discriminatória, sendo acolhida, orientada de acordo com sua necessidade e especificidade.





**SUA PALAVRA BASTA! OS SERVIÇOS DE SAÚDE E
PROTEÇÃO DEVEM ACOLHER VOCÊ SEM EXIGIR PROVAS,
TESTEMUNHAS OU DENÚNCIA.**

LEMBRE-SE, VOCÊ NÃO É CULPADA DE NADA!

**SENTIMENTOS COMO RAIVA, CULPA,
NOJO, REVOLTA PODEM OCORRER.
CONVERSE COM ALGUÉM, BUSQUE
AJUDA ESPECIALIZADA!
VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHA!**





QUE TIPO DE AJUDA POSSO BUSCAR?



Se você estiver enfrentando uma situação de violência baseada no gênero, cuide primeiro da sua segurança e da sua saúde. Se houver risco de vida, chame a polícia (190) ou procure imediatamente um serviço de saúde para atendimento e proteção.

**OS SERVIÇOS DE
ATENDIMENTO DO GOVERNO
BRASILEIRO SÃO GRATUITOS!**

SERVIÇOS DE SAÚDE:

A violência sexual ocorreu nas últimas 72 horas?

Busque um serviço de saúde mais próximo (hospital de urgência e emergência, hospital de referência em atendimento a mulheres ou meninas em situação de violência/sobreviventes, ou Unidade Básica de Saúde) para tomar medicamentos que previnem infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e evitam gravidez indesejada.

Entendemos que você pode estar sentindo nojo, raiva ou medo, isso é completamente normal. Mas, se quiser registrar criminalmente a violência, é importante tentar preservar os vestígios: evite tomar banho, trocar de roupa ou lavar objetos utilizados até passar pelo atendimento médico e exame pericial. Mas se você não conseguiu preservar esses vestígios, mesmo assim não deixe de buscar atendimento médico e pericial. Se possível, vá acompanhada com alguém de confiança.

IMPORTANTE: Você não precisa registrar boletim de ocorrência para receber atendimento de saúde. O atendimento imediato é garantido pela Lei do Minuto Seguinte (Lei 12.845/2013) , que assegura assistência médica, psicológica e social a vítimas de violência sexual, sem burocracia ou exigência de denúncia. A sua palavra basta!

★ **LIGUE 190:**

Se a violência estiver ocorrendo naquele momento e você for a vítima ou tiver conhecimento ou estiver presenciando, ligue 190 que você aciona a Polícia Militar para atender a ocorrência e tomar as medidas cabíveis;



★ **LIGUE 180:**

Ao ligar 180 de seu telefone, você terá atendimento especializado, para informações sobre os seus direitos e os serviços mais próximos de você; além de poder registrar uma denúncia sobre violência contra as mulheres. Ligue 180 de qualquer telefone em território nacional, 24 horas por dia. **Atendimento em português, espanhol e inglês.**



**PROCURE PELO SERVIÇO DA
REDE DE ATENDIMENTO À
MULHER MAIS PRÓXIMO DE
VOCÊ NO PAINEL DO LIGUE
180, DISPONÍVEL NO LINK:**

<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/ligue180/painel-da-rede-de-atendimento>

★ **DELEGACIA DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À MULHER (DEAM)**

Ou, na delegacia comum:

A Delegacia da Mulher é especializada na prevenção, repressão e investigação dos crimes contra as mulheres. Procure a delegacia se você quiser denunciar uma violência doméstica e familiar e/ou crimes sexuais cometidos por seu namorado, marido, pai, irmão, amigo, desconhecido ou qualquer outra pessoa. Na DEAM o atendimento deve ser 24 horas por dia e a prioridade é que seja atendida por uma mulher.



Caso sinta que sua segurança está ameaçada, solicite uma medida protetiva de urgência para impedir que o agressor se aproxime de você. Você pode pedir a medida na delegacia, no juizado de violência doméstica ou com o apoio do Ligue 180.



★ **CASA DA MULHER BRASILEIRA:**

Espaço de acolhimento e proteção para mulheres em situação de violência com atendimento integral e gratuito, incluindo apoio jurídico, psicológico e social, além de orientação sobre segurança e medidas de proteção. O objetivo é oferecer um lugar seguro, onde sua voz é ouvida e seus direitos são garantidos.

★ **CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES:**

Espaço de acolhimento, acompanhamento psicossocial e orientação jurídica às mulheres em situação de violência (violência doméstica e familiar contra a mulher; tráfico de mulheres, assédio sexual; assédio moral; etc.)

**AS MULHERES TAMBÉM PODEM
PROCURAR AJUDA E INFORMAÇÕES
NESSES SERVIÇOS:**

★ **CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (GREAS):**

É uma unidade pública de Assistência Social que atende as pessoas e famílias (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, mulheres) que estão vivendo situações de violência ou violação de direitos.

★ **TRIBUNAL DE JUSTIÇA:**

Responsável pelo julgamento e acompanhamento dos processos relacionados à violência contra a mulher, incluindo a concessão de medidas protetivas e decisões judiciais.

★ DEFENSORIA PÚBLICA:

Com a finalidade de dar assistência jurídica, orientar e encaminhar as mulheres em situação de violência (em qualquer uma de suas modalidades) e de vulnerabilidade social na esfera judicial. Também atua em casos de violação de direitos reprodutivos, como acesso ao aborto em situações previstas em lei. Pode interceder em situações de atendimento médico inadequado ou negligente, garantindo que a vítima receba cuidado digno e seguro.

★ MINISTÉRIO PÚBLICO:

Tem o objetivo central de promover a ação penal nos crimes de violência contra as mulheres e atua também na fiscalização dos serviços da rede de atendimento, incluindo denúncias de negligência ou recusa de atendimento médico. Atua para garantir que os direitos reprodutivos das mulheres sejam respeitados, inclusive em casos de acesso ao aborto em situações previstas em lei.





PERGUNTAS E RESPOSTAS

Só posso denunciar um crime na Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher?

Não. Essa Delegacia oferece um atendimento especializado, mas crimes podem ser registrados em qualquer delegacia.

Já passou mais de 72h, não posso mais procurar ajuda?

Não deixe de procurar ajuda nos serviços a qualquer momento. O prazo de 72h é apenas para garantir maior proteção em relação a infecções e gravidez indesejada. Outros tipos de ajuda podem ser oferecidos pelo serviço de saúde.

Mas se eu for ao hospital, sou obrigada a denunciar o agressor?

Não. O serviço de saúde é independente da denúncia do crime e você não precisa registrar o crime na polícia para ser atendida.

Estou com medo de ir ao hospital porque não sei o que vai acontecer comigo. O que faço?

As equipes de atendimento irão lhe explicar todos os procedimentos que realizarão. Você será informada e sua decisão será respeitada sobre qualquer procedimento antes de ser realizado. O atendimento nesses serviços é sigiloso e confidencial, e será realizado em um espaço reservado, longe de acompanhantes.

Quais são os direitos da pessoa em situação de violência/sobrevivente de violência sexual?

Você tem vários direitos garantidos por lei, e todos devem ser oferecidos com respeito, sigilo e sem julgamentos. Entre eles:

- ✦ Atendimento imediato no serviço de saúde. Direito a receber cuidado médico, psicológico e social — incluindo prevenção de ISTs, prevenção de gravidez, tratamento de ferimentos e coleta de vestígios — mesmo sem boletim de ocorrência.
- ✦ Sigilo e acolhimento respeitoso. Seu atendimento deve ser privado, seguro e feito por profissionais que expliquem tudo antes de realizar qualquer procedimento.
- ✦ Direito a acompanhante. Você pode escolher alguém de confiança para ficar com você durante o atendimento.
- ✦ Informação clara sobre todos os cuidados. Você tem direito de entender cada etapa, tirar dúvidas e decidir sobre o que deseja ou não fazer.
- ✦ Acesso à rede de proteção. Você pode procurar delegacias, Defensoria Pública, Ministério Público, Centros de Referência e a Casa da Mulher Brasileira para receber orientação jurídica, apoio social e medidas de proteção.
- ✦ Direito a medidas de proteção. Se você estiver em risco, pode pedir uma medida protetiva para impedir que o agressor se aproxime de você.
- ✦ Direito ao aborto legal, quando previsto em lei. Nos casos

de violência sexual, risco à vida ou anencefalia, você tem direito ao aborto seguro, com atendimento sigiloso e digno. Ninguém pode te impedir de exercer esse direito.

★ Direito a não denunciar o agressor. A decisão de denunciar é sua. O atendimento em saúde não depende de boletim de ocorrência.

O que fazer se o direito ao aborto é negado?

Se você tiver direito ao aborto legal e ele for negado, não desista. Procure outro serviço de saúde onde haja profissionais disponíveis, ou busque orientação na Defensoria Pública, com um advogado ou com o Ministério Público, que podem garantir o cumprimento da lei. Também é possível contar com apoio de organizações de defesa dos direitos das mulheres. Lembre-se: ninguém pode impedir que você exerça seus direitos legais, e o atendimento deve ser sempre feito com respeito, sigilo e segurança.

O (A) médico (a) pode se negar a fazer o aborto legal?

Em alguns casos, sim. Para isso, o(a) profissional deve alegar objeção de consciência, ou seja, declarar que realizar o procedimento lhe causaria profundo sofrimento emocional ou conflito de valores. Mas não se pode recusar quando a vida ou a saúde da mulher estiver em risco, em situações de urgência, ou se não houver outro profissional disponível. Nesses casos, a prioridade é garantir a proteção da gestante, com atendimento respeitoso, sigiloso e seguro.

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES!

Orientações sobre como denunciar e os procedimentos caso a pessoa tenha entre 14 e 18 anos;

Todas as mulheres, meninas e homens trans têm direito ao acesso seguro ao aborto nos casos permitidos por lei, sem discriminação, julgamento ou preconceito. O atendimento deve ser confidencial, garantindo privacidade e respeito à decisão da pessoa. Você tem direito a ser tratada com dignidade, receber informações claras e orientação sobre todos os procedimentos disponíveis, além de poder estar acompanhada de uma pessoa de confiança. O cuidado deve ser oferecido de forma segura, acolhedora e livre de qualquer forma de violência ou constrangimento, assegurando que seus direitos reprodutivos e à saúde sejam respeitados integralmente.



IMPORTANTE! Orientações para adolescentes a partir de 14 anos e interrupção legal da gravidez.



Adolescentes de 14 a 17 anos têm direito à proteção integral pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). A violência deve ser comunicada ao Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia ou Ministério Público, que garantem atendimento médico, psicológico e acompanhamento jurídico. Pela Lei do Minuto Seguinte (Lei nº 12.845/2013), a vítima tem direito a atendimento imediato, preservação de vestígios e prevenção de ISTs e gravidez, sem precisar registrar boletim de ocorrência.

ATENÇÃO!

A Lei de Joanna Maranhão (Lei 12.650/2012), estabelece que o prazo de prescrição para crimes de abuso sexual contra crianças e adolescentes passa a ser contado a partir dos 18 anos da vítima, permitindo que denúncias possam ser feitas até 20 anos após esse marco.



★ PROTOCOLO NÃO É NÃO!

Previsto na Lei Federal nº 14.786/2023, o Protocolo "Não é Não" estabelece diretrizes para prevenir e combater o constrangimento (qualquer insistência física ou verbal sofrida pela mulher depois de manifestada a sua discordância com a interação) e a violência (o uso da força que gera lesão, morte ou dano) contra mulheres em locais que comercializam bebidas alcoólicas.

Ele garante direitos às mulheres e impõe deveres aos estabelecimentos de prestar assistência às pessoas em situação de violência e constrangimento e adotar medidas de prevenção à violência.

VIOLENCIA SEXUAL:

CÓMO BUSCAR AYUDA Y
DERECHOS PARA
MUJERES Y NIÑAS



EXPEDIENTE

Este folleto fue elaborado en colaboración por el Ministerio de las Mujeres y el Fondo de Población de las Naciones Unidas - UNFPA.

MINISTERIO DE LAS MUJERES

Ministra de las Mujeres

Márcia Helena Carvalho Lopes

Secretaria Nacional de Enfrentamiento a la Violencia contra las Mujeres

Estelizabel Bezerra de Souza

Dirección de Protección de los Derechos

Terlúcia Maria da Silva

Coordinación General para la Prevención de la Violencia contra las Mujeres

Anita Cunha Monteiro - Coordenadora-Geral de Prevenção de Violência contra Mulheres

Adriana Matos Pereira - Coordenadora de Enfrentamento à Violência

Revisión y enfoque del contenido

Anita Cunha Monteiro - Coordenadora-Geral da Central de Prevenção de Violência contra Mulheres

Jordânia Maria de Ribamar Silva Fróes - Analista Técnica de Políticas Sociais

Proyecto Gráfico y Diagramación

Giulia Blainner Souza Silva

FONDO DE POBLACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (UNFPA)

Representante del UNFPA en Brasil

Florbela Fernandes

Representante Auxiliar del UNFPA en Brasil

Júnia Quiroga

Redacción, Revisión y Enfoque de Contenido

Patrícia Ludmila Melo

Jaqueline Pereira Oliveira

Italo Andre Beltrami Silva

Silvana Reis de Souza

Harlen Gabriela Barrios Lamar

Supervisión Editorial

Luiza Olmedo

Traducción

Harlen Gabriela Barrios Lamar

Febrero

2026

PRESENTACIÓN

El Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA) y el Ministerio de las Mujeres presentan conjuntamente dos nuevas publicaciones: la reedición del folleto sobre la Ley Maria da Penha, actualizada para fortalecer el acceso a la información y ampliar la comprensión de los derechos de las mujeres en el enfrentamiento a la violencia; y el folleto sobre el enfrentamiento de la Violencia Sexual contra mujeres y niñas, una de las violaciones de derechos humanos más graves.

Las publicaciones reflejan el compromiso de ambas instituciones de garantizar contenidos claros, actualizados y alineados con las políticas públicas de protección.

El folleto sobre la Ley Maria da Penha, reconocida internacionalmente, continúa siendo un referente fundamental en la defensa de la vida, la dignidad y los derechos de las mujeres en Brasil. La obra reúne contenidos actualizados sobre los mecanismos de la ley, los servicios de la red de atención y orientaciones prácticas para mujeres, profesionales y gestores involucrados en la prevención y el enfrentamiento de la violencia. La reedición reafirma el papel estratégico de la Ley Maria da Penha en la promoción de la igualdad de género y en la prevención y respuesta a la violencia basada en género, apoyando el fortalecimiento de las políticas públicas y el acceso a información de calidad.

Por su parte, la publicación sobre violencia sexual refuerza la urgencia de prevenir, identificar y responder a todas las formas de violencia sexual, promoviendo información accesible, orientaciones prácticas y apoyo a la red de protección.

Estas publicaciones reafirman el compromiso conjunto del Ministerio de las Mujeres y del UNFPA con la promoción de una

sociedad más justa, segura y libre de violencia contra todas las mujeres.

Márcia Helena Lopes de Carvalho

Ministra de las Mujeres

Florbela Fernandes

Representante del UNFPA en Brasil



¿QUÉ ES LA VIOLENCIA SEXUAL?

La violencia sexual es una de las formas más crueles y persistentes de violencia basada en el género. Es una grave violación de los Derechos Humanos y un asunto de salud pública, que afecta especialmente a niñas, mujeres y personas trans en el país. Este tipo de violencia refleja una cultura patriarcal y misógina que debe ser enfrentada de manera articulada entre las instituciones de los poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial, de forma interfederativa, con la sociedad civil, las organizaciones sociales, todos juntos por el fin de la violencia contra niñas, mujeres y mujeres trans.

Según la Ley Maria da Penha (Artículo 7 - III), **la violencia sexual** se entiende como cualquier conducta o acto que obligue o coaccione a una mujer a:

- + Presenciar, mantener o participar en una relación sexual no deseada mediante intimidación, amenaza, coacción o uso de la fuerza;
- + Que la induzca a comercializar o a utilizar, de cualquier manera, su sexualidad;
- + Que le impida usar cualquier método anticonceptivo;
- + Que la obligue al matrimonio, al embarazo, al aborto o a la prostitución mediante coacción, chantaje, soborno o manipulación;

- + Que limite o anule el ejercicio de sus derechos sexuales y reproductivos.

Los agresores más frecuentes son maridos, novios, familiares, amigos, profesores y/o desconocidos. Las consecuencias son graves, tanto a nivel físico como psicológico y social, e incluso pueden provocar la muerte en algunos casos.

La legislación brasileña ha avanzado y diversas formas de violencia están tipificadas como delito. Veamos:

Violación (Código Penal, Art. 213): Restringir a alguien, con violencia o amenaza grave, a tener relaciones sexuales, a practicar o forzar a la mujer a practicar cualquier otro acto de naturaleza sexual para satisfacer su deseo sexual, por ejemplo: tocar, caricias, exhibición de partes privadas, etc.;

Violación de una persona vulnerable (Código Penal, Art. 217): Tener relaciones sexuales con penetración o realizar otro acto sexual con niños o adolescentes menores de 14 (catorce) años de edad, o con alguien que no puede ofrecer resistencia por alguna razón, como enfermedad, discapacidad, embriaguez, etc.;

Violación en grupo (Código Penal, Art. 226, a): Una forma de delito sexual en la que dos o más personas participan activamente en la violencia sexual contra otra persona;

Violación correctiva (Código Penal, Art. 226, b): Conducta criminal cometida contra la dignidad sexual, para controlar el comportamiento social o sexual de la víctima, con el objetivo de "corregir" la identidad u orientación sexual de la persona;

Violación sexual mediante engaño (Código Penal, Art. 214):

Tener relaciones sexuales con penetración o realizar otro acto sexual con una persona, mediante engaño u otros medios que impidan u obstaculicen la libre expresión de la voluntad de la víctima. En este caso no hay violencia ni amenaza grave, pero la víctima es engañada, como por ejemplo un profesional de la salud que abusa de la persona haciéndole creer que forma parte de un procedimiento médico o un líder religioso que promete algo espiritual si el creyente participa en algún acto sexual con él;

Importunación sexual (Ley N° 13718/2018): Cualquier práctica de carácter sexual realizada sin el consentimiento de la víctima, para obtener satisfacción sexual, como, por ejemplo, comentarios o elogios invasivos, besos forzados, manoseos sin permiso, roce de órganos genitales, masturbación en público, etc.; no requiere una relación jerárquica entre los involucrados y, generalmente, el agresor es un desconocido para la persona que sufre la situación de violencia;

Acto obsceno (Código Penal, Art. 233): Realizar un acto de naturaleza sexual que ofenda la moral pública y la decencia colectiva, llevado a cabo en un lugar público o en un lugar abierto o expuesto al público, sin que necesariamente esté dirigido a una persona específica;

Acoso sexual (Código Penal, Art. 216-A): Coaccionar a alguien con el fin de obtener una ventaja o favor sexual. En este caso, el agresor ocupa un puesto jerárquico superior al de la víctima, pero también puede ocurrir entre compañeros de trabajo, sin que exista una relación jerárquica entre ellos;

Grabación no autorizada de intimidad sexual (Ley 13.772/2018):

Producir, fotografiar, filmar o grabar, por cualquier medio, contenido con escenas íntimas sin la autorización de los participantes, así como compartir ("Pornografía de venganza") fotos y videos íntimos en Internet sin la autorización de todos los involucrados o con el propósito de causar humillación a la víctima;

Invasión de dispositivo electrónico (Código Penal, Art. 154-A):

Invadir o acceder, sin autorización, al dispositivo electrónico de otra persona (como un teléfono celular, computadora, correo electrónico o red social), con el fin de obtener, alterar o destruir datos e informaciones personales, incluidas imágenes íntimas;

Explotación sexual: Obtener ventaja o beneficio de la prostitución de otra persona, de las siguientes maneras: inducir o atraer a alguien a la prostitución (Facilitación de la prostitución, Art. 228); mantener, por cuenta propia o por cuenta de un tercero, un establecimiento donde se produce explotación sexual (Casa de prostitución, Art. 229), y Aprovecharse de la prostitución de otros, participando directamente en sus ganancias (Proxenetismo, 230).

Trata de personas con fines de explotación sexual (Código Penal, art. 149-A):

Con frecuencia, una persona ofrece a la víctima una oportunidad laboral en otro país o región, pero al llegar, la obliga a prostituirse y a pagar por su manutención, alojamiento y gastos de viaje. Muchas mujeres quedan prisioneras y tienen dificultades para buscar ayuda porque sus agresores les confiscan sus documentos personales.

VIOLENCIA SEXUAL EN LAS RELACIONES ÍNTIMAS:

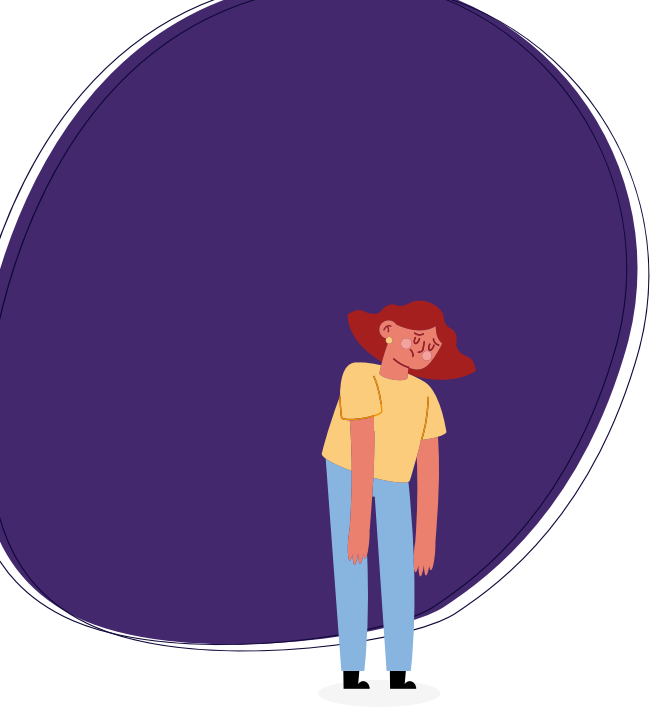
La violencia sexual también puede ocurrir en el matrimonio, en las relaciones de pareja e incluso en encuentros casuales. ¡Por eso la Ley Maria da Penha también protege a las mujeres!



¿CUÁLES SON SUS DERECHOS?

Todas las personas tienen derecho a una vida libre de violencia. Las niñas, mujeres cis o trans tienen derecho a ser atendidas por los servicios especializados de atención a mujeres en situación de violencia, incluyendo hospitales, comisarías, defensorías y Centros de Referencia de Atención a la Mujer, así como otros servicios, de manera digna, segura, respetuosa, empática, confidencial y no discriminatoria, siendo recibidas y orientadas de acuerdo con sus necesidades y particularidades.





**¡TU PALABRA BASTA! LOS SERVICIOS DE SALUD Y
PROTECCIÓN DEBEN ACOGERTE SIN EXIGIR PRUEBAS,
TESTIGOS NI DENUNCIA**

¡RECUERDA, TÚ NO ERES CULPABLE DE NADA!

**SENTIMIENTOS COMO IRA, CULPA,
ASCO O INDIGNACIÓN PUEDEN
APARECER. ¡HABLA CON ALGUIEN,
BUSCA AYUDA ESPECIALIZADA!
¡NO ESTÁS SOLA!**





¿QUÉ TIPO DE AYUDA PUEDO BUSCAR?



Si estás enfrentando una situación de violencia basada en el género, cuida primero tu seguridad y tu salud. Si existe riesgo de vida, llama a la policía (190) o acude de inmediato a un servicio de salud para atención y protección.

**¡LOS SERVICIOS DE ATENCIÓN
DEL GOBIERNO BRASILEÑO
SON GRATUITOS!**

★ **SERVICIOS DE SALUD:**

¿La violencia sexual ocurrió en las últimas 72 horas?

Acude al centro de salud más cercano (hospital de urgencias, hospital de referencia para mujeres o niñas víctimas de violencia/ sobrevivientes, o Unidad Básica de Salud) para obtener medicamentos que prevengan las Infecciones de Transmisión Sexual y los embarazos no deseados.

Entendemos que puedes estar sintiendo asco, ira o miedo, esto es completamente normal. Pero, si deseas denunciar penalmente la violencia, es importante intentar preservar las pruebas: evita bañarte, cambiarte de ropa o lavar los objetos utilizados hasta haber recibido atención médica y examen pericial. Entendemos que puedes estar sintiendo asco, ira o miedo, esto es completamente normal. Pero, si deseas denunciar penalmente la violencia, es importante intentar preservar las pruebas: evita bañarte, cambiarte de ropa o lavar los objetos utilizados hasta haber recibido atención médica y examen pericial. Si es posible, acude acompañada de alguien de confianza. Si es posible, acude acompañada de alguien de confianza.

IMPORTANTE: No necesitas presentar una denuncia policial para recibir atención de salud. La atención inmediata está garantizada por la Ley del Minuto Siguiente (Ley 12.845/2013), que asegura asistencia médica, psicológica y social a víctimas de violencia sexual, sin burocracia ni exigencia de denuncia. ¡Tu palabra es suficiente!

★ LLAMA AL 190:

Si la violencia está ocurriendo en ese momento y tú eres la víctima o tienes conocimiento o la estás presenciando, llama al 190 para que la Policía Militar atienda el caso y tome las medidas correspondientes;



★ LLAMA AL 180:

Al llamar al 180 desde tu teléfono, recibirás atención especializada, con información sobre tus derechos y los servicios más cercanos a ti; además, podrás registrar una denuncia sobre violencia contra las mujeres. Llama al 180 desde cualquier teléfono en todo el territorio nacional, las 24 horas del día. **Atención en portugués, español e inglés.**



**BUSCA EL SERVICIO DE
LA RED DE ATENCIÓN A LA
MUJER MÁS CERCANO A TI
EN EL PANEL DE LIGUE 180,
DISPONIBLE EN EL ENLACE:**

<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/ligue180/painel-da-rede-de-atendimento>

Servicios para mujeres que sufren violencia

★ **COMISARÍA ESPECIALIZADA DE ASISTENCIA A MUJERES (DEAM)**

O, en su defecto, una comisaría de policía ordinaria

La Comisaría de la Mujer está especializada en la prevención, represión e investigación de los delitos contra las mujeres. Acude a la comisaría si deseas denunciar violencia doméstica o familiar y/o delitos sexuales cometidos por tu novio, esposo, padre, hermano, amigo, desconocido o cualquier otra persona. En la DEAM, la atención debe estar disponible las 24 horas del día y se prioriza que seas atendida por una mujer.



Si sientes que tu seguridad está en peligro, solicita una orden de protección de emergencia para impedir que el agresor se acerque a ti. Puedes solicitar esta orden en la comisaría de policía, en el juzgado de violencia doméstica o con el apoyo de la línea de ayuda 180.



★ **CASA DE LA MUJER BRASILEÑA:**

Un espacio acogedor y protector para mujeres en situación de violencia, que ofrece servicios integrales y gratuitos, incluyendo apoyo legal, psicológico y social, así como orientación sobre seguridad y medidas de protección. El objetivo es brindar un lugar seguro donde se escuchen sus voces y se garanticen sus derechos.

★ **CENTRO ESPECIALIZADO EN ATENCIÓN A LA MUJER:**

Un espacio que proporciona resguardo, apoyo psicosocial y orientación legal a mujeres que sufren violencia (violencia doméstica y familiar contra las mujeres; trata de mujeres; acoso sexual; acoso moral; etc.);

**LAS MUJERES TAMBIÉN PUEDEN
BUSCAR AYUDA E INFORMACIÓN EN
ESTOS SERVICIOS:**

★ **CENTROS DE REFERENCIA DE ASISTENCIA SOCIAL ESPECIALIZADA (GREAS):**

Se trata de una unidad pública de Asistencia Social que atiende a personas y familias (niños, adolescentes, jóvenes, adultos, personas de la tercera edad, mujeres) que se encuentran en situaciones de violencia o violación de sus derechos.

★ **TRIBUNAL DE JUSTICIA:**

Responsable de juzgar y supervisar los casos relacionados con la violencia contra la mujer, incluyendo la concesión de medidas de protección y la toma de decisiones judiciales.

★ DEFENSORÍA PÚBLICA:

Con el objetivo de brindar asistencia jurídica, orientar y derivar a las mujeres en situación de violencia (en cualquiera de sus modalidades) y de vulnerabilidad social en el ámbito judicial. También actúa en casos de violación de derechos reproductivos, como el acceso al aborto en situaciones previstas por la ley. Puede intervenir en situaciones de atención médica inadecuada o negligente, garantizando que la víctima reciba un cuidado digno y seguro.

★ MINISTERIO PÚBLICO:

Tiene como objetivo central promover la acción penal en los delitos de violencia contra las mujeres y también actúa en la supervisión de los servicios de la red de atención, incluyendo denuncias de negligencia o negativa de atención médica. Trabaja para garantizar que los derechos reproductivos de las mujeres sean respetados, incluso en casos de acceso la interrupción legal del embarazo en situaciones previstas por la ley.





PREGUNTAS Y RESPUESTAS

¿Solo puedo denunciar un delito en la Comisaría de Atención Especializada a la Mujer?

No. Esta comisaría ofrece una perspectiva especializada, pero los delitos pueden denunciarse en cualquier comisaría.

Han pasado más de 72 horas, ¿ya no puedo solicitar ayuda?

No dudes en acudir a los servicios de salud en cualquier momento. El periodo de 72 horas solo tiene como objetivo brindar mayor protección contra infecciones y embarazos no deseados. Los proveedores de atención médica pueden ofrecerte otros tipos de asistencia.

Pero si voy al hospital, ¿estoy obligada a denunciar al agresor?

No. Los servicios de salud funcionan independientemente de la denuncia de un delito, y no es necesario presentar una denuncia policial para recibir tratamiento.

Tengo miedo de ir al hospital porque no sé qué va a pasar conmigo. ¿Qué hago?

Los equipos de atención te explicarán todos los procedimientos que realizarán. Serás informada y se respetará tu decisión sobre cualquier procedimiento antes de que se lleve a cabo. La atención en estos servicios es confidencial y se realizará en un espacio reservado, alejado de acompañantes.

¿Cuáles son los derechos de una persona que es víctima de violencia/sobreviviente de violencia sexual?

Tienes varios derechos garantizados por ley, y todos deben ser ofrecidos con respeto, confidencialidad y sin juicios. Entre ellos:

- ✦ Atención inmediata en el servicio de salud. Derecho a recibir atención médica, psicológica y social —incluyendo prevención de ITS, prevención del embarazo, tratamiento de lesiones y recolección de evidencias— incluso sin un boletín de ocurrencia.
- ✦ Confidencialidad y acogida respetuosa. Tu atención debe ser privada, segura y realizada por profesionales que te expliquen todo antes de cualquier procedimiento.
- ✦ Derecho a acompañante. Puedes elegir a alguien de confianza para que esté contigo durante la atención.
- ✦ Información clara sobre todos los cuidados. Tienes derecho a entender cada etapa, hacer preguntas y decidir qué deseas o no deseas hacer.
- ✦ Acceso a la red de protección. Puedes acudir a comisarías, la Defensoría Pública, el Ministerio Público, los Centros de Referencia y la Casa de la Mujer Brasileña para recibir orientación jurídica, apoyo social y medidas de protección.
- ✦ Derecho a medidas de protección. Si estás en riesgo, puedes solicitar una medida de protección para impedir que el agresor se acerque a ti.
- ✦ Derecho al interrupción legal del embarazo, cuando está

previsto por la ley. En casos de violencia sexual, riesgo para la vida o anencefalia, tienes derecho a una interrupción legal del embarazo, con atención confidencial y digna. Nadie puede impedirte ejercer este derecho;

★ **Derecho a no denunciar al agresor.** La decisión de denunciar es tuya. La atención en salud no depende de una denuncia policial.

¿Qué hacer si se niega el derecho a la interrupción legal del embarazo?

Si tienes derecho a la interrupción legal del embarazo legal y este te es negado, no te rindas. Busca otro servicio de salud donde haya profesionales disponibles, o solicita orientación en la Defensoría Pública, con un abogado o con el Ministerio Público, quienes pueden garantizar el cumplimiento de la ley. También es posible contar con el apoyo de organizaciones defensoras de los derechos de las mujeres. Recuerda: nadie puede impedir que ejerzas tus derechos legales, y la atención debe realizarse siempre con respeto, confidencialidad y seguridad.

¿Puede el/la médico(a) negarse a realizar una interrupción legal del embarazo?

En algunos casos, sí. Para ello, el/la profesional debe alegar objeción de conciencia, es decir, declarar que realizar el procedimiento le causaría un profundo sufrimiento emocional o conflicto de valores. Pero no puede negarse cuando la vida o la salud de la mujer esté en riesgo, en situaciones de urgencia o si no hay otro profesional disponible. En estos casos, la prioridad es garantizar la protección de la gestante, con atención respetuosa, confidencial y segura.

¡OTRAS INFORMACIONES IMPORTANTES!

Orientaciones sobre cómo denunciar y los procedimientos en caso de que la persona tenga entre 14 y 18 años:

Todas las mujeres, niñas y hombres trans tienen derecho al acceso seguro al aborto en los casos permitidos por la ley, sin discriminación, juicio ni prejuicio. La atención debe ser confidencial, garantizando la privacidad y el respeto a la decisión de la persona. Tienes derecho a ser tratada con dignidad, recibir información clara y orientación sobre todos los procedimientos disponibles, además de poder estar acompañada de una persona de confianza. El cuidado debe ofrecerse de manera segura, acogedora y libre de cualquier forma de violencia o coacción, asegurando que tus derechos reproductivos y de salud sean respetados plenamente.



¡IMPORTANTE! Orientaciones para adolescentes a partir de 14 años y sobre la interrupción legal del embarazo.



Los adolescentes de 14 a 17 años tienen derecho a protección integral según el Estatuto del Niño y del Adolescente (Ley n° 8.069/1990). La violencia debe ser comunicada al Consejo Tutelar, a la Comisaría de Policía o al Ministerio Público, que garantizan atención médica, psicológica y acompañamiento jurídico. Según la Ley del Minuto Siguiente (Ley n° 12.845/2013), la víctima tiene derecho a atención inmediata, preservación de pruebas y prevención de ITS y embarazo, sin necesidad de presentar una denuncia policial.

¡ATENCIÓN!

La Ley de Joanna Maranhão (Ley 12.650/2012) establece que el plazo de prescripción para los delitos de abuso sexual contra niños y adolescentes se cuenta a partir de los 18 años de la víctima, permitiendo que las denuncias puedan realizarse hasta 20 años después de ese momento.



★ PROTOCOLO: ¡NO SIGNIFICA NO!

Como lo estipula la Ley Federal N°. 14.786/2023, el Protocolo "No Significa No" establece pautas para prevenir y combatir el acoso (cualquier insistencia física o verbal sufrida por una mujer después de expresar su desacuerdo con la interacción) y la violencia (el uso de la fuerza que causa lesiones, muerte o daño) contra las mujeres en lugares que venden bebidas alcohólicas.

Garantiza los derechos de las mujeres e impone a los establecimientos el deber de prestar asistencia a las personas en situaciones de violencia y coacción y de adoptar medidas para prevenir la violencia.



 gov.br/mulheres

 [mmulheres](#)  [mmulheres](#)

 [mindasmulheresbr](#)

 [mindasmulheresbr](#)



 brazil.unfpa.org

 [unfpabrazil](#)

 [unfpabrazil](#)

  [unfpabrazil](#)



MINISTÉRIO DAS
MULHERES

